

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em 31
de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. A Instituição

Sustentabilidade. Esta é a palavra que melhor define a Santa Casa da Araraquara em 2018, após um ano repleto de desafios, diante dos reflexos da crise econômica e do sub financiamento da Saúde Pública. No último ano, além de superar esses obstáculos, seguimos concentrados na consolidação de processos e rotinas que fazem com que a gestão da Santa Casa esteja cada vez mais forte. Reforçamos os investimentos em iniciativas que fomentam o desenvolvimento das áreas rentáveis da instituição e também seguimos com os projetos que solidificam nossa Governança Corporativa e Assistencial.

Paralelamente, foi dada a continuidade na implantação de ferramentas de gestão modernas e sustentáveis, sem nunca deixar de estimular o desenvolvimento de equipes e ainda avaliar novos negócios, buscando a Sustentabilidade e a profissionalização constante da instituição. O objetivo é que as iniciativas implementadas estejam sempre inseridas em um fluxo contínuo, inerentes à atuação da Santa Casa. As conquistas alcançadas se configuram em mais alguns passos que a instituição dá em busca de alçar patamares cada vez mais altos, na concretização de planos de curto, médio e longo prazo.

Fundada em 25 de fevereiro de 1902 a Santa Casa se destina desde então ao atendimento hospitalar e ambulatorial da cidade de Araraquara e outros 23 municípios de sua região.

O hospital reforça em sua Missão “Promover cuidado humanizado em saúde a todos, com excelência e sustentabilidade, valorizando a vida, desenvolvendo o ensino e pesquisa integrados com a comunidade.” Em seus Valores destaca o “compromisso com o cliente interno e externo; Humanização; Valorização dos profissionais; Ética; Transparência; Qualidade; Inovação; Voluntariado; Sustentabilidade econômica e socioambiental; Eficiência.

Com um posicionamento consolidado de atendimento construído ao longo dos 117 anos de sua trajetória, a Santa Casa de Araraquara teve como foco em 2018 a busca pela profissionalização, os investimentos em infraestrutura, a revisão da contratualização com o gestor municipal, a revisão da estrutura e a melhoria de seus processos organizacionais, com foco na Sustentabilidade.

O Hospital, considerado centro de referência para o Sistema Único de Saúde (SUS) na região do Departamento Regional de Saúde (DRS) III do Estado de São Paulo, é habilitado junto ao Ministério da Saúde como Unidade de Oncologia (UNACON), oferecendo os serviços de Hematologia e Radioterapia; Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular, Cardiologia Intervencionista e Cirurgia Vascular; Atendimento em Oftalmologia para Córnea, Esclera e Tratamento do Glaucoma; Assistência de Alta Complexidade em Neurologia e Neurocirurgia; Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia; Centro de Tratamento em Má Formação Lábio Palatal; Serviço Hospitalar para Tratamento da AIDS; Retirada de Órgãos e Tecidos e Transplante de Córnea; Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI Adulto) tipo II e Urgência Tipo III, sendo considerada porta de entrada preferencial da Rede de Atenção às Urgências.

Referência para 18 municípios do centro do estado de São Paulo, compreendendo aproximadamente 600.000 habitantes, em relação a alta complexidade em vascular somam-se mais 6 municípios, chegando a um total de 24 municípios e ultrapassando 900.000 habitantes.

A Instituição também realiza procedimentos hospitalares de média complexidade e internações clínicas, chegando a realizar em média 7.737 internações, 13.524 atendimentos em radioterapia, 41.114 atendimentos ambulatoriais, 9.411 consultas oncológicas, 10.263 atendimentos de quimioterapia, 19.297 atendimentos de urgência, 108.310 exames de imagem e 11.981 cirurgias no ano.

O hospital possui no total 197 leitos de enfermagem clínica, cirúrgica e U.T.I ,146 deles destinados ao atendimento do SUS. Para o atendimento convênios e particulares são disponibilizados 51 leitos.

O Serviço de Urgência está estruturado com cinco especialidades presenciais, clínica médica, anestesia, cirurgia geral, pediatria e ortopedia e outras 18 especialidades médicas em disponibilidade à distância, entre elas, neurocirurgia, vascular, bucomaxilo, cardiologia, urologia, oftalmologia, entre outras.

2. Mercado

A contração de gastos no setor de saúde privado, agravada pela crise econômica dos últimos anos no país, mostra a redução do número de beneficiários com acesso a Saúde Suplementar o que simultaneamente aumentou a procura por serviços e atendimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

De acordo com dados de 2018, publicados pela Organização Mundial da Saúde, o governo brasileiro destina cerca de 7% de seu orçamento geral à saúde, sendo assim considerada uma taxa inferior à média mundial e uma das menores quando comparada as Américas.

Nesse contexto, evidenciado pela regressão do crescimento da saúde suplementar e a ausência de revisão dos valores pagos pelo SUS aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares, as instituições de saúde credenciadas ao Sistema Único de Saúde enfrentam grandes dificuldades para a gestão e manutenção de sua prestação de serviços à população, impactado essencialmente pela redução e defasagem dos recursos disponibilizados.

Diante desta perspectiva, torna-se essencial e desafiador ao atual sistema, a necessidade de ampliação e revisão dos recursos para o financiamento das operações e serviços, assim como a reestruturação dos processos empregados.

3. Cenário Institucional

Em 2018 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara buscou ampliar e aprimorar suas metodologias e processos internos, por meio da profissionalização e investimentos em infraestrutura.

Em julho de 2018 finalizamos o projeto iniciado em 2017 de retrofit da fachada principal da instituição. Totalmente financiada com recursos próprios, a estrutura física foi revitalizada de forma a garantir a arquitetura original, sendo também incluídas melhorias em segurança e acessibilidade.

A nova recepção de atendimento aos clientes conta com um ambiente climatizado, monitorado, com poltronas confortáveis e acesso controlado. Paralelamente foi realizada também uma reforma na portaria de Urgência e Emergência, o que garantiu a melhoria quanto ao fluxo, privacidade nos atendimentos realizados e segurança aos pacientes, familiares, colaboradores e prestadores de serviços.

Os serviços de Hemodinâmica receberam, por meio da concretização de parcerias, investimentos na profissionalização das equipes e gestão dos processos internos do setor. A

melhoria na gestão dos recursos empregados, contribuiu para a eficiência operacional e agilidade no atendimento prestado ao paciente eletivo e internado.

Em maio de 2018 iniciamos uma parceria junto ao Instituto Qualisa de Gestão - IQG - e nos tornamos uma Instituição Integrante Qmentum. O processo de consultoria vem capacitando as equipes assistenciais e de apoio para a revisão das atuais metodologias utilizadas, com foco na segurança e melhoria da experiência do paciente.

Os processos referentes aos controles internos e prestação de contas implantados em 2017 foram mantidos e aprimorados, o que nos garantiu a consolidação dos dados e informações públicas, seguindo a Lei da Transparência e bases da Governança Corporativa já implantadas.

Em novembro de 2018 iniciamos a reforma e ampliação no setor de Radioterapia, uma vez que foi contemplada junto ao Programa de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde - PERSUS, o que promoverá a readequação e modernização do serviço prestado ao paciente oncológico referenciado.

Objetivando melhorias no resultado operacional, observamos ao longo do exercício de 2018 e para o próximo, a necessidade de ações voltadas à revisão e controle pleno de nossos custos e processos internos, o que irão permitir a sustentabilidade, controle do nosso fluxo de caixa e o compromisso quanto ao atendimento qualificado prestado a sociedade.

Em 2018 a Santa Casa de Araraquara participou da cerimônia de premiação da 5ª edição do GPTW (GreatPlaceToWork) sendo classificado como o 14º melhor hospital do Brasil para se trabalhar. Também foi considerado Excelência da Saúde 2017 na categoria Filantropia pelo Grupo Mídia, juntamente ao GRAAC e Santa Casa da Bahia.

4. Propostas

Diante do atual cenário macroeconômico e para a continuidade de nossas atividades, pretendemos para o exercício de 2019 ações pontuais e efetivas, sendo as principais:

- Fortalecimento de parcerias Público e Privadas
- Lançamento do mercado de novos produtos
- Conquistar a Acreditação Internacional Qmentum
- Ampliar e modernizar o setor de Radioterapia e UTI
- Readequar o Serviço de Nutrição, Central de Materiais, Vestiário e Manutenção
- Ampliar as receitas por meio da Iniciativa Privada
- Fortalecer as ações do Hospital de Ensino
- Acompanhar e atender as metas estabelecidas pelo Programa Santas Casas Sustentáveis;
- Implantar a área de Captação de Recursos e Relações Institucionais

Abusca pela excelência na gestão requer a todos a continuidade de esforços e dedicação para que de fato os resultados obtidos gerem inovações e o aprimoramento continuado. Com isso ao implantarmos uma gestão moderna e sustentável reiteramos o nosso compromisso com a qualidade, segurança e respeito a todos nossos clientes, prestadores de serviços, fornecedores e colaboradores.

Araraquara, SP, 07 de maio de 2019

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Irmandade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Irmandade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Irmandade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Irmandade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Irmandade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Irmandade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Irmandade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Irmandade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 07 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027611/F

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	40.112	1.139.136	Fornecedores	15	9.924.013	12.961.364
Aplicações financeiras	10	-	229.196	Empréstimos e financiamentos	16	6.883.799	3.427.461
Recurso de subvenções	11	1.837.267	121.257	Salários, férias e contribuições sociais	17	4.021.433	3.746.619
Contas a receber	12	14.568.133	14.395.057	Impostos e contribuições sociais parcelados	18	103.672	90.783
Estoques	13	1.868.646	1.375.073	Impostos e contribuições a recolher	19	694.282	780.306
Outros créditos		265.629	1.009.954	Subvenções a realizar	20	1.952.732	1.447.037
Total do ativo circulante		18.579.787	18.269.673	Prestadores de serviços de saúde	21	5.523.022	4.856.944
				Outras contas a pagar e provisões diversas	22	4.661.496	3.793.213
				Total do passivo circulante		33.764.449	31.103.727
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		762.365	606.209	Fornecedores	15	1.089.425	2.086.190
Contas a receber	12	11.927.422	7.853.826	Empréstimos e financiamentos	16	5.960.612	7.779.827
Outros créditos		553.892	515.840	Impostos e contribuições sociais parcelados	18	2.015.120	4.896.995
		13.243.679	8.975.875	Provisão para riscos e processos judiciais	23	5.786.054	5.749.740
Imobilizado	14	78.208.622	77.362.887	Prestadores de serviços de saúde	21	127.368	156.358
(-) Depreciação acumulada	14	(10.817.485)	(7.731.118)	Total do passivo não circulante		14.978.579	20.669.110
Intangível		432.847	516.152				
Total do ativo não circulante		81.067.663	79.123.796	Patrimônio líquido	24		
				Patrimônio social		6.832.707	2.761.228
				Ajuste de avaliação patrimonial		38.787.925	39.877.869
				Superávit do exercício		5.283.790	2.981.535
				Total do patrimônio líquido		50.904.422	45.620.632
				Total do passivo		48.743.028	51.772.837
Total do ativo		99.647.450	97.393.469	Total do passivo e patrimônio líquido		99.647.450	97.393.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais - R\$)

	Nota	2018	2017
Receitas			
Receitas com subvenções para custeio	25	18.508.623	11.393.826
Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS	26	44.196.683	40.758.939
Receitas de convênios e particulares	27	28.286.903	22.396.485
Receitas com doações diversas		2.195.426	1.826.232
Outras receitas		2.172.028	2.597.443
Receita com trabalhos voluntários		603.840	603.840
		<u>95.963.503</u>	<u>79.576.765</u>
Custos e despesas operacionais			
Custos com serviços médicos		(28.371.831)	(22.622.597)
Custos com medicamentos e materiais		(19.835.939)	(17.092.070)
Despesas com pessoal e encargos	28	(31.282.254)	(28.232.824)
Depreciações e amortizações		(3.533.506)	(2.090.923)
Despesas com trabalhos voluntários		(603.840)	(603.840)
Provisões	29	(345.465)	(3.324.114)
Outras receitas, custos e despesas operacionais	30	(7.786.408)	(6.576.258)
		<u>(91.759.243)</u>	<u>(80.542.626)</u>
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras		<u>4.204.260</u>	<u>(965.861)</u>
Receitas financeiras		3.286.334	6.549.836
Despesas financeiras		(2.206.804)	(2.602.440)
Resultado financeiro, líquido	31	<u>1.079.530</u>	<u>3.947.396</u>
Benefício fiscal usufruído	33	8.842.279	6.902.550
(-) Benefício fiscal usufruído	33	(8.842.279)	(6.902.550)
Superávit do exercício		<u>5.283.790</u>	<u>2.981.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais - R\$)

	2018	2017
Superávit do exercício	<u>5.283.790</u>	<u>2.981.535</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente	<u><u>5.283.790</u></u>	<u><u>2.981.535</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais - R\$)

	Nota	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		4.052.595	40.475.292	(2.533.826)	41.994.061
Superávit do exercício	24 a.	-	-	2.981.535	2.981.535
Superávit incorporado ao patrimônio social	24 a.	(2.533.826)	-	2.533.826	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	24 b.	1.242.459	(597.423)	-	645.036
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.761.228	39.877.869	2.981.535	45.620.632
Superávit do exercício	24 a.	-	-	5.283.790	5.283.790
Superávit incorporado ao patrimônio social	24 a.	2.981.535	-	(2.981.535)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	24 b.	1.089.944	(1.089.944)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		6.832.707	38.787.925	5.283.790	50.904.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais - R\$)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		5.283.790	2.981.535
Ajuste por:			
Depreciações	14	3.401.393	1.921.068
Amortização		133.161	169.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	12	(530.106)	665.612
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	1.966.598	-
Saldo residual da baixa de bens	14	835.207	970.608
Saldo residual da baixa de bens intangível		(1.392)	-
Baixa de bens reavaliados		-	645.035
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida	23	36.315	3.593.598
		11.124.966	10.947.311
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução das contas do ativo			
Recursos de subvenções		(1.716.010)	(119.134)
Contas a receber		(3.716.566)	(5.223.375)
Estoques		(493.573)	164.586
Outros créditos		706.273	(884.330)
Depósitos judiciais		(156.157)	202.678
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores		(4.034.116)	(4.571.588)
Salários, férias e contribuições sociais		274.813	372.863
Impostos e contribuições sociais parcelados		(2.868.985)	(1.759.785)
Impostos e contribuições a recolher		(86.024)	274.618
Subvenção a realizar		505.695	1.431.157
Prestadores de serviços de saúde		637.088	241.587
Outras contas a pagar e provisões diversas		868.282	1.556.191
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(2.141.693)	(1.839.298)
Caixa líquido (proveniente das) gerado pelas atividades operacionais		(1.096.007)	793.481
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	14	(1.995.968)	(2.995.151)
Aquisições de bens do ativo intangível		(48.463)	(339.704)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos		(2.044.431)	(3.334.855)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	20.514.504	10.538.441
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	16	(18.702.286)	(7.155.304)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamentos		1.812.218	3.383.137
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.328.220)	841.763
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.368.332	526.569
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.112	1.368.332
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.328.220)	841.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara (“Irmandade”) é uma associação civil beneficente, de finalidade não lucrativa, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.391 de 21 de novembro de 1957 pela Lei Municipal nº 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal nº 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara - SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seu objetivo principal é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

Em 20 de outubro de 2017, protocolou junto ao Ministério da Saúde o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através do protocolo n.25000.456421/2017-79o qual foi deferido a renovação do certificado com validade pelo período de 23 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2020.

Continuidade

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Irmandade excedeu o ativo circulante em R\$ 15.184.662 (R\$ 12.834.054 em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 a Irmandade possuía débitos com fornecedores e impostos e contribuições. Para fazer frente a esse cenário, os planos da administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positiva compreendem as seguintes ações, muitas delas a serem concluídas no exercício seguinte e que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Irmandade no futuro:

- Renegociações com fornecedores;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas;
- Elaboração de *budget* para o ano de 2019, objetivando focar ações que reduzam o custo operacional sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Irmandade utiliza-se de recursos provenientes de prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratação Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares, dos quais serão ampliados com objetivo de uma melhoria no ticket médio geral, gerando uma maior rentabilidade na operação.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Irmandade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância da Resolução CFC nº. 1409/12, que aprovou a ITG 2002.

Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ. Nº 43.964.931/0001-12.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Provedoria e Mesa Administrativa da Irmandade em 07 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente a Provedoria e Mesa Administrativa da Irmandade têm o poder de alterar as demonstrações financeiras

Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Irmandade no qual o CPC47 - receita de contrato com cliente e o CPC 48 - instrumentos financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Detalhe sobre as políticas contábeis da Irmandade estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado mensurados ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Irmandade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Irmandade os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7.c** -valor residual do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 12**-provisão para perdas esperadas com glosas e inadimplência; e
- **Nota explicativa 23**-provisão para riscos e processos judiciais.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Irmandade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas em técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:***inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:***inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 36 - instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Irmandade aplicou inicialmente o CPC 48 - instrumentos financeiros e o CPC47 - receita de contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Irmandade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente.

O efeito da aplicação inicial dessas normas esta detalhado conforme a seguir:

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1) - Receitas, o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou essa nova norma e não identificou nenhum valor anteriormente reconhecidos como receitas auferidas que deveriam ser reclassificados e/ou

ajustados, considerando a natureza de suas transações de prestações de serviços, onde as obrigações de performance são claras e a transferência dos serviços não é complexa.

b. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Irmandade em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Categoria de instrumentos financeiros	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	9	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	40.112	40.112
Recurso de subvenções	11	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.837.267	1.837.267
Contas a receber	12	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	26.495.555	26.495.555
Outros créditos		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	819.521	12.614
Total				29.192.455	29.192.455

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da CPC 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Contas a receber e ativos contratuais

A Irmandade considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real dos últimos 2 anos.

A Irmandade não identificou impactos relevantes quanto ao *impairment* dos ativos financeiros.

7 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Irmandade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Contas a receber

As contas a receber de pacientes particulares, convênios, SUS e prefeitura são registradas pelo valor produzido, ou seja tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar, líquido da expectativa de glosas de convênios, abatimentos e descontos comerciais. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para perda de glosas e crédito esperada estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

b. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o mercado e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. A Irmandade optou pelo reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*) como previsto no CPC 27 e interpretação técnica ICPC10, ajustando assim o custo histórico de determinados bens do ativo imobilizado existentes em 1º de janeiro de 2010.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Irmandade inclui o custo de materiais em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência.

(ii) Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Irmandade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

	Anos
Edifícios	25
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	4

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de salários, férias e encargos que são constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. As obrigações vencidas e não pagas são atualizadas com multas e juros, por competência, até a data de encerramento do balanço.

e. Benefícios a funcionários

A Irmandade possui plano de saúde com coparticipação na utilização dos funcionários, auxílio creche para mães com filhos com idade até 5 anos, cartão alimentação e não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria, e também não possui planos de remuneração com base em participação nos resultados.

f. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, como demonstrado na nota explicativa 16.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h. Provisões para riscos e processos judiciais

A Irmandade faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

i. Outras provisões

As provisões são reconhecidas quando a Irmandade tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes Convênios, SUS, Particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de plano de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Estas perdas são mensuradas pela Irmandade com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

k. Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Convênios firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com prefeituras, são registrados em conformidade com a CPC07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, da seguinte forma:

- **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer face às despesas incorridas.

- **Subvenções para investimentos** - A Irmandade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC07, tópico apresentação da subvenção no Balanço, item 27, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo.

l. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Irmandade sem Finalidade de Lucro, a Irmandade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Irmandade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 a Irmandade registrou o montante de R\$ 603.840 referente a trabalhos voluntários.

m. Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação, e sua dispensação pelo custo médio.

n. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Irmandade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Irmandade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Irmandade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Irmandade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Irmandade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Irmandade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Irmandade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da irmandade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Reconhecimento e mensuração inicial

A Irmandade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Irmandade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(iii) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Irmandade sob condições que a Irmandade não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores, o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Irmandade considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Irmandade o utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iv) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

A Irmandade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Irmandade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que representam a valorização pelo método do custo amortizado, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de critérios para utilização do dia a dia da Irmandade.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Irmandade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Irmandade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Irmandade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Irmandade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Irmandade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Irmandade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Irmandade tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

o. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Irmandade apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Irmandade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Irmandade na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Irmandade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Irmandade ser considerada líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Irmandade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Irmandade, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

8 Nova norma ainda não efetiva

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Irmandade deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Irmandade iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto desse pronunciamento. Até o momento, o impacto foi avaliado como imaterial.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	7.357	7.221
Bancos conta movimento - Livres	8.070	1.131.915
Aplicações financeiras	22.617	-
Outros	2.068	-
	<u>40.112</u>	<u>1.139.136</u>

Aplicações no curto prazo em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rendimento de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário- CDI, com liquidez imediata, cujos valores se aproximam dos valores de mercado, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Aplicações financeiras - Recursos livres

	2018	2017
Aplicações financeiras - Recursos livres	-	229.196
	<u>-</u>	<u>229.196</u>

11 Recurso de subvenções

	2018	2017
Bancos conta movimento - Subvenções	2	319
Aplicações financeiras - Subvenções	1.837.265	120.938
	<u>1.837.267</u>	<u>121.257</u>

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde e aquisição de produtos médicos de uso único visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101,% do CDI(94% a 101% do CDI em 2017).

Em 2018, foi recebido o montante de R\$ 19.211.757 (R\$ 12.497.049 em 2017) e gasto o montante de R\$ 18.788.392 (R\$ 11.067.226 em 2017) para custeio e aquisição de ativo, os valores recebidos e ou empregados nos convênios, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento de recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e o crédito de Gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- Consumo convênios: quando referem-se a ativo depreciable, deve atender o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamental, e segundo a referida norma deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita em contrapartida da despesa de depreciação reconhecida no resultado.

De acordo com os contratos de convênio, a Irmandade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

12 Contas a receber

	2018	2017
Circulante		
Convênios	5.313.671	4.752.895
Sistema Único de Saúde - SUS	3.753.377	6.417.710
Prefeitura Municipal de Araraquara	6.145.491	4.376.157
Pacientes particulares	<u>13.059</u>	<u>35.866</u>
	<u>15.225.598</u>	<u>15.582.628</u>
Provisão para perdas esperadas	<u>(657.465)</u>	<u>(1.187.571)</u>
	<u>14.568.133</u>	<u>14.395.057</u>
Não circulante		
Prefeitura Municipal de Araraquara	11.927.422	7.853.826

Os valores provenientes de direitos a receber, são pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RUE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares. Os valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) referem-se a convênios e diferenciais de extrateto de atendimentos aprovados pela PMA e que serão recebidos até dezembro de 2020, com juros anuais entre 6,17% a 17,18%.

Em 11 de dezembro de 2018, a Irmandade obteve a decisão emitida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro de Araraquara sobre a conversão em precatórios dos créditos discutidos judicialmente referente valores extra tetos SUS, mediante processo 0010196-88.2018.8.26.0037, no montante de R\$ 7.640.746, que se encontra registrado no contas a receber no ativo não circulante.

Provisão para perda com glosas de convênios

A provisão para perda com glosas de convênios é realizada com base em análises de perdas históricas, sendo adotado pela Irmandade em 31 de dezembro de 2018 a estimativa entre 0,38% a 13,05% sobre a receita bruta com convênios. Essa estimativa é revisada pela Associação a cada data de demonstração financeira.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Demonstrações financeiras referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2018	2017
A vencer	25.751.302	16.450.100
Vencidas:		
Até 30 dias	513.962	3.155.027
De 31 a 60 dias	24.072	772.374
De 61 a 90 dias	111.735	1.425.749
De 91 a 180 dias	89.796	1.260.998
Acima de 180 dias	662.153	372.206
	<u>27.153.020</u>	<u>23.436.454</u>
Circulante	15.225.598	15.582.628
Não circulante	<u>11.927.422</u>	<u>7.853.826</u>
Total	<u>27.153.020</u>	<u>23.436.454</u>

A provisão para perdas sobre créditos é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade dos créditos vencidos há mais de 90 dias, com estimativa de provável realização, bem como, provisão para perdas esperadas baseado no histórico de glosas dos últimos 02 anos, em atendimento ao CPC 48 Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, a administração da Irmandade avalia a exposição de risco de crédito baseado principalmente pelas características individuais de cada contraparte.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.853.183
Adições	1.338.709
Reversões	(1.947.138)
Baixas por recebimento	<u>(57.183)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.187.571</u>
Adições	163.448
Reversões	(693.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>657.465</u>

13 Estoques

	2018	2017
Material hospitalar	756.921	689.029
Drogas e medicamentos	918.155	572.165
Material de expediente	58.298	43.407
Materiais diversos	<u>135.272</u>	<u>70.472</u>
	<u>1.868.646</u>	<u>1.375.073</u>

14 Imobilizado

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está assim representada:

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Terrenos	36.581.118	-	(385.434)	36.195.684
Edificações	27.150.522	886.963	-	28.037.485
Instalações	1.518.512	330.654	-	1.849.166
Equipamentos de informática	742.929	138.289	(3.698)	877.520
Mobiliário	3.025.439	340.299	(48.050)	3.317.688
Veículos	222.342	-	-	222.342
Máquinas, equipamentos e instrumentais	7.356.043	145.456	(707.159)	6.794.340
Bens de pequeno valor	765.981	154.307	(5.891)	914.397
	<u>77.362.887</u>	<u>1.995.968</u>	<u>(1.150.232)</u>	<u>78.208.622</u>
Depreciação				
Edificações	(5.023.639)	(1.463.261)	-	(6.486.900)
Equipamentos de informática	(230.807)	(147.203)	2.327	(375.682)
Mobiliário	(687.138)	(353.023)	18.260	(1.021.902)
Veículos	(210.801)	(11.541)	-	(222.342)
Máquinas, equipamentos e instrumentais	(1.570.416)	(1.085.785)	293.237	(2.362.965)
Bens de pequeno valor	(8.317)	(189.955)	1.202	(197.070)
Instalações	-	(150.624)	-	(150.624)
	<u>(7.731.118)</u>	<u>(3.401.393)</u>	<u>315.025</u>	<u>(10.817.485)</u>
	<u>69.631.769</u>	<u>(1.405.425)</u>	<u>(835.207)</u>	<u>67.391.137</u>
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo				
Terrenos	36.195.684	385.434	-	36.581.118
Edificações	26.844.015	308.347	(1.840)	27.150.522
Instalações	1.090.692	427.820	-	1.518.512
Equipamentos de informática	715.622	180.142	(152.835)	742.929
Mobiliário	3.362.972	99.998	(437.530)	3.025.439
Veículos	222.342	-	-	222.340
Máquinas, equipamentos e instrumentais	7.770.476	1.293.544	(1.707.977)	7.356.043
Bens de pequeno valor	632.127	299.866	(166.012)	765.981
	<u>76.833.930</u>	<u>2.995.151</u>	<u>(2.466.194)</u>	<u>77.362.887</u>
Depreciação				
Edificações	(4.154.477)	(870.904)	1.742	(5.023.639)
Equipamentos de informática	(226.154)	(139.398)	134.745	(230.807)
Mobiliário	(614.302)	(266.654)	193.818	(687.138)
Veículos	(188.301)	(22.500)	-	(210.801)
Máquinas, equipamentos e instrumentais	(2.122.402)	(613.295)	1.165.281	(1.570.416)
Bens de pequeno valor	-	(8.317)	-	(8.317)
	<u>(7.305.636)</u>	<u>(1.921.068)</u>	<u>1.495.586</u>	<u>(7.731.118)</u>
	<u>69.528.294</u>	<u>1.074.083</u>	<u>(970.608)</u>	<u>69.631.769</u>

A Irmandade avalia a cada exercício ou a qualquer momento que possa existir evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente. Em 2018 a Irmandade não identificou nenhuma evidência de perda no valor recuperável

Garantia

Em 31 de dezembro de 2018, edificações com valor contábil de R\$ 9.000.000 foram dados em garantia de empréstimos bancários.

15 Fornecedores

	2018	2017
Medicamento, material médicos e nutrição	7.246.780	9.364.440
Prestação de serviços diversos	2.020.747	4.286.646
Prestação de serviço de conservação e limpeza	285.548	514.676
Informática	61.522	104.788
Segurança e portaria	14.139	13.753
Outros	384.702	763.248
	11.013.438	15.047.554
Circulante	9.924.013	12.961.364
Não circulante	1.089.425	2.086.190

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Irmandade tem realizado acordos com o objetivo de quitar dívidas com alguns fornecedores, onde a Irmandade obteve descontos financeiros nas dívidas e alongamento nos prazos. O saldo do passivo não circulante refere-se aos acordos firmados entre a Irmandade e os seus fornecedores.

16 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa de juros	Vencimento final	2018	2017
BNDES	R\$	variável - TJLP	2020	608.161	652.436
Banco Santander - Rotativo	R\$	1,17% a.m.	2019	1.364.849	538.441
Banco Santander	R\$	1,33% a.m.	2020	1.895.336	1.619.228
Banco Santander	R\$	1,37% a.m.	2022	726.115	617.356
Banco Santander	R\$	1,18% a.m.	2020	1.044.036	-
Banco Santander	R\$	1,23% a.m.	2020	245.302	-
Banco Santander	R\$	1,13% a.m.	2019	1.000.000	-
Circulante				6.883.799	3.427.461
	Moeda	Taxa de juros	Vencimento final	2018	2017
BNDES	R\$	variável - TJLP	2020	228.945	913.155
Banco Santander	R\$	1,33% a.m.	2020	1.822.962	3.718.433
Banco Santander	R\$	1,37% a.m.	2022	2.422.455	3.148.239
Banco Santander	R\$	1,18% a.m.	2020	1.203.759	-
Banco Santander	R\$	1,23% a.m.	2020	282.491	-
Não circulante				5.960.612	7.779.827

Recursos captados junto a instituições financeiras, destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Irmandade, são garantidos por ativos imobilizados (veja nota explicativa 14) e cessão de direitos creditórios ao SUS, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

A movimentação dos saldos para os exercícios de 2018 e 2017 está assim representada:

	2018	2017
Saldo inicial	11.207.288	9.663.450
Captações	20.514.504	10.538.441
Juros passivos e outros encargos	1.966.598	(226.460)
Pagamento de financiamentos (principal)	(18.702.286)	(7.155.304)
Pagamento de financiamentos (juros)	(2.141.693)	(1.612.838)
Saldo final	<u>12.844.411</u>	<u>11.207.288</u>

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos mantidos pela Irmandade junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“covenants”), relacionados a aspectos administrativos e operacionais. Para todos os contratos, em 31 de dezembro de 2018 a Irmandade está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

17 Salários, férias e contribuições sociais

Descrição	2018	2017
Férias e encargos sociais	2.320.918	2.070.647
Salários a pagar	1.430.340	1.393.272
FGTS a recolher	224.512	206.412
Outras obrigações com pessoal	45.663	76.288
	<u>4.021.433</u>	<u>3.746.619</u>

18 Impostos e contribuições sociais parcelados

Descrição	2018	2017
FGTS -Timemania	103.672	90.783
Circulante	<u>103.672</u>	<u>90.783</u>
FGTS -Timemania	1.234.800	1.325.582
PROSUS	780.320	3.571.412
Não Circulante	<u>2.015.120</u>	<u>4.896.995</u>

FGTS

Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto a Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 09 de dezembro de 2007 a 09 de novembro de 2027, prazo de 240 parcelas.

PROSUS

A Irmandade ingressou com requerimento de adesão ao PROSUS em 04 de julho de 2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24 de outubro de 2013, onde obteve sua inclusão através da Portaria n. 893 de 15 de setembro de 2014. No dia 31 de outubro de 2014, a Irmandade protocolizou junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União, requerimento de moratória dos débitos tributários e previdenciários alcançados pelo programa PROSUS.

Dos débitos tributários e previdenciários incluídos no PROSUS, a Irmandade já tem reconhecido e consolidado junto a estes órgãos, o valor de R\$ 12.348.178. De acordo com o Art. 40 da Lei 12.873 de 2014, o montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória. A Irmandade efetuou durante o período de concessão da moratória até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, recolhimentos de tributos correntes no valor de R\$ 11.567.858.

19 Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2018	2017
PIS/COFINS/CSLL Retido de Prestadores de serviços	316.210	342.413
INSS Retido - Funcionários	147.475	152.584
INSS Retido - Prestadores de serviços	18.487	15.650
IRRF de Funcionários	130.215	116.124
IRRF de Prestadores de serviços	62.237	127.096
ISS a recolher	19.658	26.440
	694.282	780.306

20 Subvenções a realizar

Descrição	2018	2017
Subvenções a realizar - Estadual	963.147	1.250.822
Subvenções a realizar - Federal	989.585	196.215
	1.952.732	1.447.037

As subvenções governamentais a realizar são registradas no passivo da Irmandade, onde os recursos financeiros destinados ao custeio e investimentos, assinados entre a Irmandade e os Órgãos Governamentais, após efetivado sua realização através da aquisição e pagamento dos produtos e/ou serviços e investimentos, serão baixados e reconhecidos na receita (custeio) e no Ativo Imobilizado (investimento), observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. As Subvenções firmadas com a União Federal estão representadas através das portarias n. 2572 e 3087 de 2017, n. 3461 de 2017 e n.1814 de 2018.

Subvenção para custeio/investimentos

Convênios estaduais	Convênio 622/2016 Pró-CS II	Convênio 630/2016 S.C Sustentáveis	Convênio 324/2017	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	-	-
Adições	1.197.104	10.079.815	120.000	11.396.919
Rendimento de aplicações financeiras	3.580	6.354	-	9.934
Baixas	(1.080.202)	(9.075.829)	-	(10.156.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	120.482	1.010.340	120.000	1.250.822
Adições	1.557.252	13.104.300	4.938	14.666.490
Rendimento de aplicações financeiras	3.922	14.102	280	18.304
Utilização	(1.558.567)	(13.304.012)	(109.890)	(14.972.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.089	824.730	15.328	963.147

Convênios federais	Convênio 836937/2016	Portaria N.2572 e 3087	Portaria N. 1814/2018	Portaria Proj Telemedicina	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	-	-	-
Adições	600.000	500.130	-	-	1.100.130
Rendimento de aplicações financeiras	7.238	41.56	-	-	7.279
Utilização	(486.300)	(424.895)	-	-	(911.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	120.938	75.277	-	-	196.215
Adições	-	-	4.500.000	45.267	4.545.267
Rendimento de aplicações financeiras	3.534	104	60.389	-	64.027
Baixas	(124.472)	(75.381)	(3.606.531)	(9.541)	(3.815.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	953.858	35.727	989.585

Convênio 622/2016 - Pró Santas Casas II

Subvenção econômica estadual à saúde, conforme Termo de Convênio nº 622/2016, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, assinado em 15 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2016, tem por objeto promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio (aquisição de material de consumo e prestação de serviço), firmado em 36 meses a partir de 01 de janeiro de 2017, estando ainda em execução, com parcelas mensais fixas de R\$ 119.700.

Convênio 630/2016 - Santas Casas SUSTentáveis

Subvenção econômica estadual à saúde, conforme Termo de Convênio nº 630/2016, assinado em 19 de dezembro de 2016, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2016, tem por objeto a contribuição para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Araraquara, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam às necessidades e demandas da população, em especial aquelas encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do

Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio de Hospital SUSentável Estruturante (material de consumo e prestação de serviços), firmado em 36 meses a partir de 01 de janeiro de 2017, estando ainda em execução, com parcelas mensais fixas de R\$ 1.007.019.

Convênio 324/2017 -Emenda Parlamentar Estadual

Recurso destinado através de emenda parlamentar estadual de autoria da Márcia Lia, conforme Termo de Convênio nº 324/2017, realizado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, assinado em 29 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de dezembro de 2018, tem por objeto aquisição de equipamentos, mediante conjugação de esforços dos convenientes, promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros, com vigência até 31 de dezembro de 2018, com parcela única de R\$ 120.000,00.

Convênio 836937/2016 - Emenda Parlamentar Federal

Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Roberto Alves e Sérgio Reis, conforme Termo de Convênio nº 836937/2016, realizado com o Ministério da Saúde, assinado em 08 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 2018, tem por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Investimento - Aquisição de Equipamentos, com vigência até 28 de junho de 2018, com parcela única de R\$ 600.000.

Portarias nº 2572 e nº 3087 - Emenda Parlamentar Federal

Recurso destinado através de emenda parlamentar federal, realizado com o Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 2572, de 04 de outubro de 2017 e Portaria nº 3087, de 20 de novembro de 2017, publicadas no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2017 e 21 de novembro de 2017, respectivamente, tem por objeto o incremento temporário do teto de média e alta complexidade - MAC, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio, com parcela única de R\$ 500.000.

Portaria nº 1814 - Emenda Parlamentar Federal

Recurso destinado através de emenda parlamentar federal de autoria de Marta Suplicy e Baleia Rossi, realizado com o Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 1814, de 18 de junho de 2018 publicada no Diário Oficial da União, em 27 de junho de 2018, tem por objeto o incremento temporário do teto de média e alta complexidade - MAC, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio, com parcela única de R\$ 4.500.000.

Portaria nº 3487 - Timemania (Projeto Telemedicina)

Edital de Chamada Pública nº 07/2018, relativo à transferência dos recursos do Concurso de Prognósticos Timemania, destinados pela Lei nº 11.345/2006, conforme Portaria nº 3487, de 26 de outubro de 2018, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas para manutenção da Rede de Telemedicina em Educação Continuada na Área da Saúde, publicada em 30 de outubro de 2018, com parcela única de R\$ 23.854.

21 Prestadores de serviços de saúde

	2018	2017
Honorários e serviços médicos a pagar	5.650.390	4.856.944
Circulante	5.523.022	4.856.944
Não Circulante	127.368	156.358

22 Outras contas a pagar e provisões diversas

	2018	2017
Departamento de água e esgotos	1.450.867	1.563.255
Companhia Paulista de Força e Luz	2.083.187	1.108.354
Adiantamento de clientes	305.342	693.083
Outros	822.100	428.518
	4.661.496	3.793.213

23 Provisão para riscos e processos judiciais

A Irmandade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e a análise das demandas judiciais pendentes. Os valores provisionados, considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento, estão apresentados como segue:

	2018	2017
Trabalhistas (a)	1.330.454	1.555.131
Cíveis	4.455.600	4.134.316
Tributária	-	60.293
	5.786.054	5.749.740

- (a) Referem-se a ações de natureza trabalhista, relacionadas a horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, estabilidade e equiparação salarial, entre outras. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza dos riscos		
	Trabalhistas	Cíveis/Tributária	Total
Saldos em 1º janeiro de 2017	529.963	1.626.179	2.156.142
Adições	1.025.168	2.787.677	3.812.845
Pagamentos	-	(219.246)	(219.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.555.131	4.194.609	5.749.740
Adições	1.031.327	503.798	1.535.125
Pagamentos	(1.256.004)	(242.807)	(1.498.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.330.454	4.455.600	5.786.054

As contingências em discussão judicial e não provisionadas, cujas probabilidades de perda são consideradas como possíveis pelos assessores jurídicos da Irmandade, são de R\$ 7.640.341 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.077.801 em 2017) que tratam-se substancialmente de processos cíveis.

24 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

É composto pelos valores de superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios e por doações recebidas de terceiros, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. O superávit do exercício de 2018, no valor de R\$ 5.283.790 que será incorporado ao Patrimônio Social quando da aprovação do Balanço.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência da atribuição do “*deemed cost*” no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Irmandade possuir imunidade tributária.

c. Remuneração da administração

O Estatuto Social da Irmandade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Irmandade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

25 Receitas com subvenções para custeio

	2018	2017
Convênios firmados para custeio (*)	18.508.623	11.393.826

(*) As subvenções firmadas com o Estado de São Paulo estão representadas através dos Convênios 392/2016, 304/2016, 622/2016 e 630/2016, todas destinadas a Custeio. As Subvenções firmadas com a União Federal estão representadas através das portarias n.º 2572 e 3087 de 2017, 3.461 de 2017 e 1814 de 2018.

26 Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde -SUS

	2018	2017
Receita com contrato SUS	44.680.524	41.014.815
Glosas contrato e rejeitadas	<u>(483.841)</u>	<u>(255.876)</u>
	<u>44.196.683</u>	<u>40.758.939</u>

27 Receitas de convênios e particulares

	2018	2017
Convênios	28.298.091	22.808.027
Clientes particulares	278.660	137.254
Glosas (a)	<u>(289.848)</u>	<u>(548.795)</u>
	<u>28.286.903</u>	<u>22.396.485</u>

(a) Refere-se a prestações de serviços realizados a convênios e atendimentos particulares indeferidos ou não aceitos.

28 Despesas com pessoal e encargos

	2018	2017
Salários e ordenados	(21.478.140)	(19.215.828)
Férias, 13º salário e rescisão trabalhista	(4.617.126)	(4.232.946)
Encargos sociais	(2.205.535)	(2.028.446)
Benefícios a funcionários	<u>(2.981.453)</u>	<u>(2.755.604)</u>
	<u>(31.282.254)</u>	<u>(28.232.824)</u>

29 Provisões

	2018	2017
Provisão para contingências	(36.314)	(3.593.598)
Provisão para perdas esperadas, líquido	530.106	665.612
Outras provisões	<u>(839.257)</u>	<u>(396.128)</u>
	<u>(345.465)</u>	<u>(3.324.114)</u>

30 Outras receitas, custos e despesas operacionais

	2018	2017
Serviços contratados de terceiros	(5.668.170)	(4.638.629)
Utilidades	(4.554.335)	(4.058.514)
Outras	<u>(355.062)</u>	<u>(303.849)</u>
Outros custos e despesas	<u>(10.577.567)</u>	<u>(9.000.992)</u>
Receitas com créditos tributários - PROSUS	2.791.159	1.669.003
Recuperação de bloqueios judiciais	<u>-</u>	<u>755.731</u>
Outras receitas	<u>2.791.159</u>	<u>2.424.734</u>
Total	(7.786.408)	(6.576.258)

31 Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Descontos obtidos	1.641.209	4.083.870
Reversão descontos concedidos	-	1.513.072
Rendimentos e variações sobre contas a receber	<u>1.645.125</u>	<u>952.894</u>
Receitas financeiras	<u>3.286.334</u>	<u>6.549.836</u>
Juros sobre empréstimo de capital de giro	(1.917.729)	(1.839.298)
Juros e multas sobre atraso	(42.108)	(622.410)
Descontos concedidos	(34.851)	(95.569)
Despesas bancárias	(212.116)	(45.115)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(48)</u>
Despesas financeiras	<u>(2.206.804)</u>	<u>(2.602.440)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>1.079.530</u></u>	<u><u>3.947.396</u></u>

32 Imunidade tributária

Tendo em vista que a Irmandade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais, de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

No dia 20 de outubro de 2017, a Irmandade protocolou o pedido de renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social em saúde através do protocolo n. 25000.456421/2017-79, na condição de beneficência mínimo de 60% ao SUS. Foi publicada a Portaria n. 70 de 18 de janeiro de 2018, deferindo a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, com validade pelo período de 23 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2020.

33 Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está apresentada como segue:

	2018	2017
Cota patronal de INSS, Seguro de Acidente do Trabalho - SAT e sobre serviço de terceiros	6.662.850	5.391.733
COFINS sobre o faturamento	<u>2.179.429</u>	<u>1.510.817</u>
	<u><u>8.842.279</u></u>	<u><u>6.902.550</u></u>

34 **Atendimentos aos pacientes do SUS**

Como observância ao limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, inciso II, da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e regulamentações posteriores, para fins de manutenção do Certificado de Irmandade Filantrópica, a Irmandade demonstra o efetivo atendimento a usuários do SUS, acima de 60%. Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados a prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%, conforme demonstrativo abaixo:

Atendimentos Ambulatoriais	2018	%	2017	%
	Quant.		Quant.	
Sistema Único de Saúde - SUS	253.106	72	253.892	90
Convênios/Particulares - não SUS	99.042	28	27.880	10
Total	352.148	100	281.772	100
Internações (pacientes/dia)	Quant.	%	Quant.	%
Sistema Único de Saúde - SUS	41.427	80	39.791	79
Convênios/Particulares - não SUS	10.659	20	10.580	21
Total	52.086	100	50.371	100

35 **Subvenções, auxílios e verbas públicas**

Valores de Subvenções, Auxílios e Doações recebidas em geral comparativamente dos exercícios de 2018 e 2017.

	2018	2017
Recebida da Secret.Saúde do Estado São Paulo para Custeio - PRÓ SANTAS CASAS	1.638.187	1.686.240
Recebido da S.E.S São Paulo - Portaria teto Mac para custeio	4.600.000	500.000
Recebido do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos	-	600.000
Recebido da S.E.S de São Paulo para aquisição de equipamentos	-	120.000
Recebido da S.E.S de São Paulo título de custeio- Sustentáveis	13.091.247	13.196.374
Donativos em geral	883.836	1.826.232
Total	20.213.270	17.928.846

36 **Instrumentos financeiros**

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Irmandade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Irmandade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Irmandade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Irmandade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Irmandade.

O gerenciamento de risco da Irmandade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Irmandade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Irmandade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Irmandade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis dos clientes.

A Irmandade não exige garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

Exposição a risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contratante foi:

	Valor contábil	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	17.495	1.139.136
Aplicações financeiras	22.617	229.196
Recurso de subvenção	1.837.267	121.257
Contas a receber	26.495.555	22.248.883
	28.372.934	23.738.472

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. Não há concentração de risco de crédito, sendo a carteira pulverizada. Os valores a receber de SUS estão baseados em acordos de valores e limites. Conforme mencionado na nota explicativa 12, a Irmandade possuía em 2018 provisão para perdas esperadas, no montante de R\$ 657.465 representativos de 4% do saldo de contas a receber e em 2017, R\$ 1.187.571 representativos de 8%.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Irmandade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Irmandade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Irmandade.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
Demonstrações financeiras referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

A Irmandade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Irmandade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados. Além disso, a Irmandade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Irmandade.

Índice de endividamento

	2018	2017
Obrigações - Passivo circulante	33.764.449	31.103.727
Obrigações - Passivo não circulante	14.978.579	20.669.110
Total	48.743.028	51.772.837
Ativo total	99.647.450	97.393.469
Índice de endividamento líquido	49%	53%

Exposição a risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2018							
	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido acima de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	11.013.438	2.354.327	2.723.181	3.013.991	1.440.506	392.008	1.089.425
Empréstimos e financiamentos	12.844.411	-	-	-	4.526.363	2.357.436	5.960.612
Prestadores serviços de saúde	5.650.390	2.180.892	183.398	406.810	2.708.607	43.315	127.368
Outras contas a pagar e provisões diversas	4.661.496	5.576	1.260.780	2.306.259	592.194	496.687	-
	34.169.735	4.540.795	4.167.359	5.727.060	9.267.670	3.289.446	7.177.405
2017							
	Valor contábil	Vencido até 6 meses	Vencido de 6 a 12 meses	Vencido acima de 12 meses	A vencer até 6 meses	A vencer de 6 - 12 meses	A vencer acima de 12 meses
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	15.047.554	5.163.748	2.800.376	1.779.109	2.431.385	786.746	2.086.190
Empréstimos e financiamentos	11.207.288	57.018	-	-	1.949.447	1.420.996	7.779.827
Prestadores serviços de saúde	5.013.302	-	4.172.447	-	684.497	-	156.358
Outras contas a pagar e provisões diversas	3.793.213	326.139	1.292.780	-	889.828	1.284.466	-
	35.061.357	5.546.905	8.265.603	1.779.109	5.955.157	3.492.208	10.022.375

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Irmandade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Irmandade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Irmandade. O objetivo do

gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Irmandade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Irmandade possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e nenhuma conta a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

(iv) Risco de taxa de juros

A Irmandade possui suas aplicações financeiras com taxas de juros variáveis e os empréstimos e financiamentos com taxas de juros pré-fixados.

Exposição a risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Irmandade era:

	Valor contábil	
	2018	2017
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	17.495	1.139.136
Aplicações financeiras	22.617	229.196
Recurso de subvenções	1.837.267	121.257
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(12.844.411)	(11.207.288)
Exposição líquida	<u>(10.967.032)</u>	<u>(9.717.699)</u>

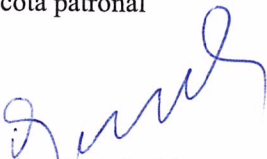
Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

37 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002 (R1 em setembro de 2015, a Irmandade por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal:

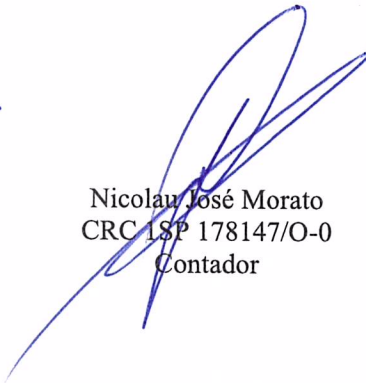
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre o faturamento; e
- INSS cota patronal



Valter Curi Rodrigues
CPF: 011.958.918-49
Provedor



Fernando Paganelli
CPF: 111.899.018 -89
Diretor Tesoureiro



Nicolau José Morato
CRC 18P 178147/O-0
Contador